

# **As ocupações culturais em um registro participativo: inovações democráticas entre conflito, colaboração e criatividade<sup>1</sup>**

Matheus Del' Arco Pinzan

Programa de Doutorado: DCP – USP

Agência de Fomento: CNPq

## **1- Introdução**

Ocupações são formas de ação coletiva altamente contenciosas, no entanto apresentam um grande potencial de institucionalização e de inovação democrática, como vem sendo observado pela literatura. A passagem dos repertórios da ação direta para o arcabouço do Estado pode apresentar uma série de mudanças nos discursos e nas formas de organização durante essa interação. Essas experiências tensionam e apontam novos caminhos para o debate contemporâneo, sugerindo novos intercruzamentos. Procura-se realizar uma primeira articulação entre os debates de inovação e teoria democrática com o debate sobre institucionalização, para o caso das ocupações culturais.

O artigo procura situar as experiências das ocupações culturais no debate sobre participação e inovação democrática. Essa inscrição não se mostra simples pois não se trata exatamente do mesmo tipo de experiências que são analisadas pela literatura e tão pouco os estudos sobre ocupações as pensam nesse registro, na maior parte dos casos. Todavia, parece proveitoso pensar em se fazer esse diálogo, uma vez que as experiências das ocupações culturais vêm ganhando densidade com o passar dos anos e adquirem, ou ensejam, novas formas institucionais no Brasil e no mundo, aproximando-se das agendas de pesquisa que pensam a institucionalização de movimentos sociais, por

---

<sup>1</sup> Trabalho preparado para apresentação no XI Seminário Discente da PósGraduação em Ciência Política da USP, de 20 a 24 de setembro de 2021.

um lado, e também das agendas mais contemporâneas da participação que buscam retomar o potencial utópico do termo, por outro.

Na primeira sessão do artigo pretende-se revisitar os problemas colocados pela literatura a respeito de ocupações de modo geral à luz dos argumentos levantados pela teoria democrática. Como lidar com algumas das proposições clássicas, como desigualdade, inclusão, controle social, efetividade e escala? Além disso faz-se uma primeira aproximação entre as proposições apresentadas pelo campo de estudos das ocupações e os principais argumentos levantados pelas diferentes gerações do participacionismo, seguindo a proposta de sistematização de Gurza Lavalle (2015). O objetivo da sessão é pensar que problemas o objeto, em seu desenvolvimento histórico coloca para a literatura. Na segunda sessão aprofundar-se-á na questão da autonomia. A autonomia é um conceito caro ao campo de estudos das ocupações, porém o seu uso é poucas vezes refletido, trazendo consequências para as formas de análise do campo. A segunda sessão visa fazer um movimento inverso e verificar quais problemas a literatura coloca ao objeto. Por fim, a terceira sessão procura sintetizar os argumentos no intuito de ajustar o foco para se pensar as ocupações culturais em suas experiências recentes à luz de um registro contemporâneo.

O artigo segue um método de revisão bibliográfica a partir comparação entre as literaturas de tradição participacionista, no que diz respeito aos argumentos apresentados pelas diferentes gerações, e a literatura especializada em ocupações, com enfoque na recuperação da produção de John Turner, em um primeiro momento, e no debate de ponta contemporâneo internacional, em um segundo momento. Procura-se estabelecer um paralelismo entre essas duas bibliografias, refletindo sobre os alcances e limitações que ambas apresentam para se pensar o potencial das ocupações enquanto inovações democráticas.

## **2- Ocupações, problemas clássicos da Teoria Democrática e diálogos com as gerações do participacionismo**

A participação é uma questão central para se pensar os movimentos de ocupação de uma maneira geral. A agenda que pauta esse objeto tem uma ênfase empírica e

interdisciplinar desde os anos 1960, muito em conta da própria natureza do objeto. As ocupações são um fenômeno mundial que vem ganhando densidade desde o pós-guerra ao redor do mundo todo. Os discursos dos atores, as categorias utilizadas pelo campo e as formas institucionais encontradas para lidar com essa questão variam com o passar do tempo, havendo ainda, uma diferenciação na produção de conhecimento desse fenômeno entre Norte e Sul Global (Smart & Aguilera, 2016; 2020). O campo de estudos internacional concentrou suas atenções durante os anos 1960 e 1970 nos assentamentos irregulares que pululavam pelo Sul Global devido aos acelerados e “desordenados” processos de urbanização nessas cidades. O problema das ocupações no Sul Global colocava em evidência a questão da desigualdade e da escala da pobreza que era gerada pelo modo de produção capitalista do urbano e desafiava as respostas convencionais de planejamento urbano, por parte dos governos.

O trabalho seminal de John F. C. Turner é amplamente reconhecido como um divisor de águas na literatura do campo sobre habitação irregular por, não só trazer uma abordagem distinta ao entendimento do processo de assentamento urbano, como também por propor uma série de medidas prescritivas de políticas públicas alternativas ao modelo de erradicação dessa forma de habitação, predominante à época (Harris, 2001; Bromley, 2003; Ballent, 2004; Bower, 2016; Sheng, 1998; Willis, 2009; Smart, 2012; Srinivas, 2015). O impacto da obra de Turner foi amplificado devido a sua atuação com planejador no Peru durante os anos 1950 e 1960, na qual teve contato com as ideias e práticas da construção por autoajuda que o possibilitaram desenvolver suas teorias e prescrições para políticas públicas. Essas, por sua vez, adquiriram posteriormente um alcance global ao servirem de inspiração para a cartilha de recomendações durante a convenção da ONU-HABITAT em 1976, em Vancouver. A partir da experiência das *barriadas* limenhas durante as décadas de 1950 e 1960, Turner e outros colaboradores, em especial o antropólogo Mangin (1967), apontaram para a disfuncionalidade do planejamento urbano moderno para os casos de população de baixa renda nos países do chamado Terceiro Mundo. Os autores colocam em perspectiva o processo dos assentamentos ilegais como uma evidência dessa disfuncionalidade e buscam compreender esse processo a luz de uma dimensão cultural que envolve a visão dos atores-ocupantes e a prática da autoajuda como modelo de construção.

Turner (1967; 1968) observa que diferentes estratos sociais de baixa renda possuem demandas diferentes de formas de habitação, relacionadas ainda ao ambiente em que se inserem e ao desenvolvimento urbano, buscando otimizar suas escolhas de uma maneira em que nem sempre coincidem com os padrões mínimos de habitação desempenhados pelas políticas públicas de habitação em grande escala. Fortemente inspirados pelas ideias modernistas de ordenação do espaço urbano e de ação planejada e centralizada pelo poder público, os padrões adotados nas políticas públicas primavam por técnicas e materiais de construção que não condiziam a realidade material dos países do Terceiro Mundo havendo uma discrepância entre a natureza da oferta de moradia institucional - nos termos de Turner - e a natureza da demanda real por moradia popular. Disso, Turner deriva um modelo de fluxo e ocupação do terreno urbano em que as políticas institucionais falhariam em compreender, produzindo inadequações que agravariam os déficits de habitação para certos estratos sociais. O autor então prescreve medidas de políticas públicas para lidar com essa inadequação tendo como principal alicerce o reconhecimento da devolução aos ocupantes do poder de decisão a respeito da construção e gestão de suas habitações (Freedom to Build - Turner, 1972). Turner advoga pela possibilidade de melhorias incrementais nas estruturas já existentes criadas pelos próprios habitantes das comunidades em assentamentos ocupados por meio de processos participativos que afetam tanto a vida dos indivíduos como o ambiente e a infraestrutura do local, cabendo ao Estado o papel de reconhecer e fornecer subsídios para esse processo (Housing by People – Turner, 1976). Com essa proposição o autor questiona a própria autoridade do Estado em decidir como se deve construir, argumentando que a autoconstrução praticada pelos moradores tenderia a apresentar resultados mais eficientes e de maior valor social, tanto a curto quanto a longo prazo (Bower, 2016).

O problema da desigualdade no Sul Global é central e está fortemente associado aos problemas clássicos de escala, inclusão, efetividade e controle social, sendo identificados de maneira interconectada a um só tempo nas proposições de Turner. A participação em movimentos de ocupação em assentamentos muitas vezes são as únicas formas de famílias terem acesso a uma moradia digna e com isso uma melhora de vida e estabilidade para perseguirem outros objetivos, sendo quanto maior o número de participantes, maiores as chances dos assentamentos se consolidarem e terem suas

demandas atendidas. Considerando os altos níveis de população vivendo em habitações irregulares, desde aquela época até hoje em dia, cerca de 1/3 da população (Smart & Aguilera, 2016; Harris, 2001; Bromley, 2003), com esses índices podendo variar amplamente a depender do contexto urbano, estamos pensando em uma pauta de grande escala que vocaliza as suas demandas de maneira agregada por meio de diferentes associações e da ação direta coletiva, porém circunscrita a uma população específica e a um setor de política pública determinado também. Contradizendo uma intuição colocada pelo modelo do status socioeconômico, formulado por Verba, aqui quanto menor for a quantidade de recursos dos participantes, maior é a sua chance de participar nesse tipo de movimento. Posteriormente, Verba et al (1995) apresentam uma visão nuançada da participação: dada a própria ambiguidade do mundo participativo, torna-se difícil mensurar em que grau uma atividade pode ser considerada política ou não, ou melhor, em que momento ela exerce um efeito político ou não. De todo modo, pessoas com diferentes recursos participam em diferentes graus de intensidade e em diferentes atividades. O problema das desigualdades socioeconômicas persiste, porém em graus variados. A proposição dos autores vai no sentido de se explorar o modelo dessas combinações socioeconômicas e de intensidade de participação, nas diferentes redes sociais, e ponderar em que momentos isso apresenta uma queda da qualidade da democracia ou uma distorção e em que momentos menores índices de participação não carregam esse peso. Provavelmente Verba não estava considerando esse tipo de participação especificamente nas suas observações, porém se ampliarmos o leque de formas de participação para além de formas clássicas, temos que, para essa população, existem muitos incentivos a participarem, uma vez que essa ação coletiva apresenta resultados diretos e muitas vezes imediatos na vida das pessoas. A participação em movimentos de ocupação confere a possibilidade de, em primeiro lugar pressionar representantes do Estado por meio das ocupações e, em segundo lugar, influir nos direcionamentos das políticas públicas, criando programas, barrando ou alterando planos de revitalização urbana, criando novos espaços socioculturais, colocar demandas na agenda pública (Neuhold, 2009; Pruijt, 2013; Nichols & van Schiptal, 2013), atendendo principalmente - mesmo considerando os diferentes objetivos dos diferentes estratos sociais - populações sistematicamente excluídas, o que representaria um ganho

em termos de justiça democrática, ao invés de uma distorção ou uma sobrerepresentação.

Dahl (1994) e Pzeworski (2010) trabalham o paradoxo entre escala e efetividade para a teoria democrática colocando uma relação inversamente proporcional entre a quantidade de vozes incluídas nos processos decisórios e o grau de importância das decisões. Todavia temos em Turner uma proposta que se pretende amplamente inclusiva e confere um alto grau de controle social e de poder de decisão sobre uma política pública de grande relevância, tanto para os ocupantes como para governantes, em termos de planejamento. É curioso notar que a resposta de Turner ao problema da desigualdade e da escala colocado pelas ocupações no Sul Global tem como componente central a participação, mas difere de uma resposta esperada pela produção acadêmica desse período. A primeira geração do participacionismo faz um percurso parecido ao seguir os discursos dos atores para teorizar a participação (Polleta, 2002; Gurza Lavalle & Isunza, no prelo), mas deriva modelos de outra dimensão no mesmo período. Ao passo que Turner se preocupa em como influenciar a política pública por meio de um enquadramento alternativo a questão (Harris, 2001), autores como Pateman (1970) e MacPhearson (1977) se preocupam em reformular a teoria política em um sentido de uma mudança institucional da democracia, visando efeitos amplos na sociedade. Parece haver pouco diálogo a ser travado aqui, apesar do movimento semelhante. Mais do que isso, o choque entre as realidades observadas talvez explicita essa divergência: pensado em como transformar a democracia por dentro de um registro liberal, Pateman observa experiências de democratização nos meios de trabalho formais, principalmente fabris como mais eficientes a processos centralizados e pouco participativos nas suas decisões. Turner parte de um lugar anterior a essas condições, em que a participação aparece como uma necessidade para garantir um direito básico - que é a habitação -, chegando à mesma conclusão de que a alocação dos recursos é mais eficiente quando feita pelos próprios participantes do processo. Se Pateman e MacPhearson procuram incidir na construção de um modelo que produza cidadãos mais aptos ao regime democrático e assim, melhorar seu desempenho, Turner observa nos atores já existentes e suas práticas uma possibilidade de democratização da habitação para as camadas mais baixas da sociedade. Todavia, enquanto Pateman e MacPhearson apostam em modelo crescente que parte do mundo do trabalho para chegar ao Estado e

a sociedade como um todo, Turner entende a participação nos níveis locais, atribuindo valor social a essa forma pela criação de laços comunitários, contudo, isso não está dado como um modelo que automaticamente produz efeitos níveis macrossocietários.

Nesse sentido, poderíamos aproximar, de maneira antecipada, os argumentos de Turner a segunda geração do participacionismo. Fica a ideia própria da segunda geração do participacionismo de devolução da soberania a menores unidades da governança urbana, o que segundo comentadores, seria a contribuição mais original da obra de Turner (Harris, 2001; Bromley, 2003; Bower, 2016). A linha de pensamento desenvolvida nos anos 1980, encabeçada por Barber (1983) e Hirst (1994), critica as instâncias centralizadoras e distanciadas da vida local, sendo pouco eficientes na produção de políticas públicas e mesmo indesejáveis para níveis locais. O pluralismo radical que predomina nessa geração vai de encontro aos referenciais anarquistas de Turner, ao buscar via confronto político um processo que leve a autodeterminação das comunidades. Nesses autores, a Sociedade Civil ocupa uma posição central em relação ao Estado e ao Mercado na produção de bens coletivos. O sentido decrescente dessas proposições é bastante ambicioso no sentido de redefinir os papéis de Estado e Sociedade Civil, retomando um sentido forte da participação na democracia, entendido para além do voto. Aqui existe uma posição um tanto ambígua em relação a representação nesse modelo: ao passo que essa é considerada uma forma menos legítima de democracia, pois distanciada, distorcida e que impede a política (Barber, 1983), ela não é completamente negada (Hirst, 1994), restando lacunas em termos de orientação prática sobre em que momentos deve-se optar por uma ou outra forma e como elas se relacionam.

No entanto, a obra de Turner está direcionada às políticas públicas, trazendo um componente de desenho institucional que está ausente nas obras das duas primeiras gerações, mas que é central para a terceira geração do participacionismo. O progressivo abandono a ideia de modelos unitários para se pensar a democracia, qualificada pela participação, para se pensar em questões específicas em que a participação produza efeitos esperados e factíveis é uma das principais caracterizações dessa geração (Gurza Lavalle, 2015; Gurza Lavalle & Insunza, no prelo). As ideias de Turner são extremamente influentes em um campo prático, mas não procuram ser uma panaceia, mesmo que amplamente recomendadas por agências internacionais ao longo das

décadas. São pensadas para contextos de grande pobreza em expansão urbana, visando endereçar especificamente respostas participativas alternativas como forma de solucionar essa questão. Ao longo das décadas seguintes, os modelos de construção por autoajuda e melhoramento progressivo de ambientes ocupados figura entre uma série de desenhos de políticas públicas possíveis de serem aplicados para lidar com essa questão, podendo ser mais ajustados aos propósitos e objetivos de determinadas políticas públicas, ou não (Pugh, 1997; 2000; Basile & Ehlenz, 2010). Nesse ponto, autores da terceira geração do participacionismo como Archon Fung (2003; 2004; 2006) analisam as novas experiências participativas que emergem nos anos 90 identificando, a partir delas, padrões institucionais que colocam sob outras perspectivas os problemas clássicos da teoria deliberativa e oferecem possíveis soluções empíricas a problemas específicos, acompanhados de critérios formulados para avaliá-las. A abordagem de Fung foca principalmente nos desenhos institucionais que são criados e os arranjos que permitem as suas implementações em um modelo coordenado de governança empoderada.

O nó colocado pela forma que Turner apresenta o objeto das ocupações no Sul Global para a divisão entre os conjuntos de argumentos identificados pelas gerações do participacionismo nos ajuda a pensar sobre como essa questão é tratada atualmente. A participação é uma dimensão fundamental nos movimentos de ocupação, que historicamente esteve relacionada com os atores conseguirem a garantia de seus direitos básicos. Torna-se difícil, mesmo que analiticamente, pensar as questões clássicas colocadas pela Teoria Democrática em separado, como é possível notar em formulações pioneiras no campo de estudo das ocupações. No entanto esses movimentos se desenvolveram, diversificaram em suas relações com o Estado, passando por um processo de institucionalização em que as categorias e as formas de análise acompanham essa mudança. Tornou-se necessário repensar essas formulações para setores que vão além da habitação e considerando uma maior disponibilidade de instrumentos e dispositivos nas políticas públicas, que levam a uma maior capacidade tanto dos atores sociais quanto estatais de articularem pontos de encaixe (Gurza Lavalle et al, 2019) para diferentes políticas públicas, indo além de recomendações prescritivas (*oughts*) em direção ao Estado, como proposto por Turner.

Contemporaneamente, tem-se um conhecimento maior sobre a variedade dos tipos ocupação (Pruijt, 2013), e com isso os seus respectivos objetivos e processos (Martínez, 2012). Essa nuance é melhor captada pela literatura desenvolvida no Norte Global (Squatting Everywhere Kollektive, 2013; 2014; 2018), que ao voltar seu olhar para as formas de ocupação desenvolvidas principalmente na Europa, verifica outro processo em que assentamentos de grandes dimensões são formas menos predominantes, ao passo que ocupações de edifícios abandonados se torna muito mais relevante nos contextos urbanos europeus (Smart & Aguilera, 2016; 2020). Apesar de menores em termos populacionais e de impactos de menor escala no tecido urbano, movimentos de ocupação no Norte são capazes de empregar um discurso mais radical e produzirem efeitos em políticas públicas (idem). Esses movimentos de ocupação são capazes de influir em modelos de desenvolvimento urbano e na maneira como cidadãos e *policy makers* concebem a governança e a vida urbana, estendendo suas pautas para além da luta por moradia, colaborando para se reimaginar novos modos de vida e reprodução social alternativos aos modos capitalistas e comodificados de produção de espaço (Smart & Aguilera, 2016). Se as questões de escala e inclusão perdem um pouco a relevância nos debates do Norte Global, eles ganham em termos de efetividade e controle social, sendo desenvolvidas experiências que retomam, sob um prisma mais atual essas questões, um sentido forte da participação para se pensar em políticas públicas. O campo se desenvolve principalmente a partir dos anos 2000, tendo como base o estudo de experiências empíricas e as suas relações com governos, assim como o movimento realizado pela terceira geração do participacionismo. Correlato, têm-se o dimensionamento de que ocupações possuem um potencial de produzirem efeitos desejáveis em setores de políticas específicos com a inclusão de públicos específicos e não de maneira irrestrita (Martínez, 2013; 2014; 2015). Todavia, dentro desse campo não se perde uma dimensão de radicalidade da crítica aos modos de produção do espaço urbano capitalista e ao regime neoliberal, em um sentido amplo (Squatting Everywhere Kollektive, 2014). As ocupações não são entendidas como uma forma de acabar com as desigualdades e opressões a um só tempo, mas são ressaltados os seus efeitos próprios no sentido de produzir rupturas com essas lógicas e se experimentar modos prefigurativos de vida no presente (Mayer, 2013; Dadusc, 2019; di Feliciano, 2018), seguindo princípios comunitários que passam pelas ideias de autonomia e autogestão.

Esses princípios figuram nos discursos dos atores contemporâneos orientando as suas formas de organização e sendo reiterados pela literatura específica do campo. Se essa dimensão mais utópica da participação foi gradativamente abandonada pela terceira geração do participacionismo e hoje em dia ela retoma centralidade nos discursos dos atores e na literatura específica, como pensar essa volta tendo em vista o acúmulo teórico?

Baiocchi e Ganuza (2017) chamam a atenção para o papel da imaginação institucional social que é gerada pelas novas experiências, como uma forma de radicalizar as possibilidades da participação. O ato de imaginar e criar novos mundos ocorre simultaneamente, sendo necessário o questionamento das próprias regras que são aceitas para se fazer o questionamento nesse sistema - a política, nos termos de Rancière (1996; 2009) e na formulação de Barber (1983). Esse elemento é fundamental para se pensar as ocupações, que partem, por definição de atos ilegais para introduzirem seus questionamentos às normas vigentes e buscam criar as suas próprias (de gestão do espaço, dinâmicas internas, modos de conduta etc.) durante o processo (Martínez, 2013; Pruijt, 2013; Aguilera, 2018; 2013; de Moor, 2016; Oliveira, 2008; Mayer, 2013), e se distancia de experiências observadas por parte da terceira geração do participacionismo, em que o desenho institucional restringe demasiadamente essa margem, no intuito de direcionar a participação para produzir resultados para objetivos traçados anteriormente, como nas experiências dos mini-públicos, por exemplo (Netto & Cervelini, 2021; Warren & Gastil, 2015; Smith, 2009). Tomando uma perspectiva diversa para pensar experiências contemporâneas, Baiocchi e Ganuza enxergam nessas novas experiências a possibilidade de e avançar para um tipo de participação emancipatória, em que as deliberações sejam mais inclusivas, horizontais, questionem seu próprio funcionamento e sejam vinculantes em temas relevantes, ou seja uma nova forma de se fazer política de maneira conjunta. Como esse novo conjunto de valores e como os movimentos sociais contemporâneos interagem com as instituições políticas tradicionais e criam novas é a continuação lógica da agenda de pesquisa (Gurza Lavalle, 2015), da qual as ocupações, em especial nas experiências que propõem usos socioculturais dos espaços, podem fornecer novos *insights* de pesquisa.

### **3- Pressupostos das ideias e práticas nas ocupações: entre autonomia e mediação**

As ocupações culturais partem do pressuposto de que a população é capaz de produzir políticas públicas de maneira mais efetiva e em locais em que o Estado está ausente, pela tomada de locais ociosos e pela autogestão dessas políticas. Ocupações, de maneira geral, implementam políticas de maneira radical, ao mesmo tempo em que disputam por vias institucionais o reconhecimento e a institucionalização dessas. A passagem dos repertórios da ação direta para o arcabouço do Estado pode apresentar uma série de mudanças nos discursos e nas formas de organização durante essa interação. Ambiguidades entre conflitos e cooperações marcam essa relação, sendo necessário uma abordagem sistêmica para se compreender seus efeitos. Como são articuladas as ideias de autonomia e mediação nesse tipo de interação?

A experiência proporcionada em espaços ocupados, ou liberados, conecta uma série de atividades políticas com o desenvolvimento de práticas coletivas de autogestão de várias dimensões da vida (Martínez, 2012). Por meio da organização coletiva e da mobilização de esforços, na ética do *faça-você-mesmo (DIY)*, são formados grupos e distribuídas tarefas para: a) realizar atividades cotidianas como a recuperação das condições do imóvel, a divisão de comida e outros recursos, limpeza, grupos de apoio mútuo; b) engajamento em atividades mais propriamente políticas como deliberações a respeito dos princípios e usos do espaço, o comparecimento a manifestações, reuniões e debates e a promoção de campanhas e; c) desenvolverem projetos socioculturais como oficinas, aulas, cursos, festas, shows, apresentações de teatro e circo, cineclubes e exposições. Para conseguirem desenvolver essas atividades, ocupantes e suas redes de apoiadores e colaboradores se envolvem ativamente na troca de conhecimentos e experiências que cada um possui, resultando no aumento do capital social, aprendizado mútuo (idem). Por se tratarem de espaços que não pertencem nem a iniciativa privada e nem ao Estado, todas as propostas de atividades são elaboradas e levadas a cabo pelos próprios proponentes e a quem mais se interessar ou as considerarem valiosas para o coletivo. Nesses processos é necessário tanto o desenvolvimento de habilidades práticas e funcionais como também de habilidades democráticas de fala, escuta, respeito, negociação, convencimento, apoio e solidariedade, para se criar um ambiente em que

esses projetos possam realmente se desenvolverem de maneira autônoma e coletiva pelos diferentes grupos que possam querer fazer uso do espaço comum.

A dimensão da participação aparece colada com autoafirmação nas experiências das ocupações, uma vez que a forma de organização por assembleias abertas pressupõe a igualdade tanto dos votos para influenciar nas decisões coletivas (vale notar que em diversas ocasiões busca-se o consenso), quanto na execução dessas deliberações, por partir do pressuposto que todos os participantes são aptos, ou podem desenvolver aptidão para essas tarefas durante o processo, ou seja os agentes e o ato de agir são vinculados, trazendo à tona a estrutura lógica que conota um sentido utópico forte da categoria (Gurza Lavalle & Isunza, no prelo). Rejeita-se a ideia de mediação, por essa estar associada com formas tradicionais de organização política representativa as quais esses movimentos procuram se distanciar, visando assim um efeito político do uso prático empregado pelos atores. Essas assunções são frequentemente reiteradas na literatura específica e se apresentam de maneira a solucionar uma série de problemas advindos de instituições políticas convencionais, que falhariam em atender as demandas mais locais e marginalizadas, ou pior ainda, serviriam aos interesses escusos de grupos de grande concentração de recursos e influência política, como alguns grupos que atuam no mercado imobiliário, aprofundando desigualdades.

Zarembeg e Welp (2020) fazem um balanço desfeticizante das concepções e efeitos da participação para colocar em questão pressupostos a respeito das concepções e dos efeitos gerados por essa polarização. Ancoradas em Warren (2003), as autoras propõem uma análise de conjunto das ecologias associativas como uma forma de se pensar a pluralidade da participação de maneira a equilibrar um sistema determinado. É observada uma crescente institucionalização dos movimentos de ocupação, em que a conexão entre participação e autodeterminação se mostra menos intensa, uma vez que as demandas e reivindicações passam a ser apresentadas em nome coletivo. A mediação é colocada, mesmo sendo rejeitada nos discursos dos atores, como no caso de ocupações mais autonomistas. A representação ocorre na prática, em dimensões de organização interna e cada vez mais têm-se observado associações de ocupações culturais, como em Amsterdam (Uitermark, 2004a; 2004b; Buchholz, 2015) e em São Paulo, em que são criadas associações, ou blocos, compostos por diversas ocupações culturais como forma de pressionar por políticas públicas. Essa mudança organizacional pode ser entendida

pelo conceito de complexificação das estruturas dos movimentos, em que movimentos alteram suas estruturas organizacionais de maneira a diversificarem seus repertórios de ação na sua interação com o Estado (Carlos, 2017; 2018). Para uma atuação mais efetiva dos movimentos, dados seus objetivos, faz-se importante a diversificação dessas formas de participação, por meio da criação e conexão entre tanto instâncias participativas como por mecanismos de democracia direta e é justamente esse ponto em que Zarembeg e Welp procuram realçar se obter um melhor ganho analítico e evitar falsas dicotomias que aparecem com os discursos dos atores e são assimiladas pela literatura.

No Brasil, a produção acadêmica sobre sociedade civil encontrou um problema semelhante ao debate sobre ocupações culturais e institucionalização, por conta do contexto político em que se desenvolveu no pós-transição e por também tomar referencialidade na Teoria dos Movimentos Sociais (Gurza Lavalle et al, 2019). Assumia-se uma distinção estrita entre sociedade civil e Estado, identificando momentos históricos de maior ou menor autonomização das políticas e dos atores, perdendo poder explicativo de casos empíricos por essencializar os objetos estudados (Gurza Lavalle & Szwako, 2015). Essa forma de abordagem também se faz presente para o caso das ocupações na Europa, dando início a um intenso debate (Pruijt, 2003; Uitermark, 2004a; 2004b; Martínez, 2014). De acordo com os autores, essas abordagens seriam restritivas para compreender as interações socioestatais e a ação dos movimentos de incidir sobre políticas públicas (Gurza Lavalle et al, 2019).

Um ganho analítico que a literatura recente trouxe ao se desvencilhar da Teoria do Confronto Político, predominante tanto nas análises de movimentos sociais brasileira quanto na literatura europeia especializada sobre ocupações, foi entender a noção de autonomia como relacional e não absoluta. Ao se entender o conceito autonomia como a falta de interação com o Estado, torna-se pouco produtiva a análise que visa explicar as dinâmicas socioestatais, uma vez que ambos, sociedade civil e Estado, se constituem mutuamente, ou seja, a autonomia não implica na ausência de relação com o Estado ou na submissão a ele (Gurza Lavalle & Szwako, 2015; Abbers & Von Bülow, 2011). Assim, uma proposição teórica que explore as diversas interfaces de interdependência socioestatal, nos fornece um melhor ferramental teórico e analítico para compreendermos os padrões de interação e eventuais encaixes e desencaixes entre as políticas do Estado e sociedade civil (Gurza Lavalle & Szwako, 2015).

Torna-se interessante analisar a abordagem sistêmica da deliberação proposta por Mansbridge et al. (2012) com esse cenário em mente. Avançado com as ideias de Warren, Fung, entre outros, a abordagem sistêmica visa ressaltar o papel que cumprem as diferentes instâncias de participação em um conjunto maior de instituições, sem valora-las a priori, mas compreendendo quais são os bens democráticos que essas são capazes de produzir. Essa abordagem permite avaliar experiências que, à primeira vista, parecem ser contra-producentes para o processo deliberativo. Ocupações, protestos e outras manifestações contingentes entram nessa categoria ambígua, de acordo com as autoras, na medida em que, apesar de não seguirem uma lógica deliberativa “razoável”, tensionam por uma maior inclusão de vozes no sistema, contribuindo para o seu aprofundamento. A passagem dessa formação de público para a implementação de mudanças institucionais, todavia depende tanto de fatores da própria manifestação (como ela transmite as suas demandas para o debate público), como da capacidade do sistema de responder a esses tensionamentos, ou melhor, como esses elementos se conectam em uma perspectiva ampla, de maneira a produzirem inovações democráticas.

#### **4- À guisa de uma síntese**

As novas experiências proporcionadas pelas ocupações culturais cruzam as agendas de diferentes gerações do participacionismo, como a ideia de devolução da soberania às menores unidades de governança - típica da segunda geração - com a preocupação com desenhos institucionais inovadores que garantam o controle da população sobre políticas públicas voltadas a cultura, como forma de trazer resultados mais eficientes e mais justos – como se compromete a pensar parte da terceira geração. Podemos ainda tomar como pano de fundo, uma ideia de mudança da sociedade em termos mais gerais - ideia presente nas duas primeiras gerações - proposta por essas ocupações, que misturam meio de vida, arte, cultura e trabalho em suas organizações, trazendo um componente de prefiguração. Em que medida essas experiências tensionam e apontam novos caminhos para o debate contemporâneo? Que novos intercruzamentos elas sugerem? Quais os obstáculos atuais para se pensar essas inovações?

Apesar de muito ricas em termos de apontarem novas possibilidades de participação, gestão e governança a partir de um uso criativo e contencioso de espaços

ociosos na cidade, a costura em como pensar as ocupações culturais inseridas em um sistema ainda não é muito bem feita. A questão da autonomia, muitas vezes opõe a ação das ocupações e as ações dos governos. Uma forma de se procurar avançar nesse ponto talvez passe pela qualificação desse conceito que enfatize a sua dimensão relacional. Um conceito central no trabalho de Fung (2004) é o de *accountable autonomy*, que se distancia da ideia de autonomia enquanto participação independente a um governo central e procura realçar como a coordenação entre essas instâncias, pode produzir resultados mais eficientes, justos e responsivos para os próprios objetivos dos cidadãos. Dessa forma os desenhos que produzissem mecanismos que gerassem a) descrição direta; b) coordenação ente funções; c) inovação institucionalizada e; d) confiança, tenderiam a reforçar o princípio da *accountable autonomy*. Com isso espera-se que os desenhos institucionais que levam em consideração esse princípio produzam decisões cidadãs mais robustas e consequentemente mais justas. Fica claro que essa participação depende de uma série arranjos institucionais que favoreçam a participação para que se obtenham alguns resultados esperados dela, em instâncias específicas, e que isso é uma construção política-institucional que pode apresentar resultados muito variados dentro de um mesmo desenho para casos específicos diferentes.

Outro obstáculo para um pensamento mais integrado, tem um lastro mais empírico é colocado pela ideia de propriedade, que cria essa cisão e produz ilegalidade que dificultam formas cooperativas entre ocupações e Estado em nível prático. Experiências contemporâneas, principalmente as que partem do reconhecimento da entidade jurídica *comum*, que reconhece uma terceira forma que não é nem pública e nem privada de espaços e recursos, mas submetida aos acordos deliberados pelos participantes, observadas principalmente na Itália e na Espanha (Grazioli & Caciagli, 2018; Asara, 2019), ou em experiências de *Community Land Trust (CLT)*, observadas em áreas de ocupação em Porto Rico e na Tanzânia e que partem de um mesmo princípio de reconhecimento de uma terceira parte (Basile & Ehlenz, 2020), dão indícios de que se possa superar essa dicotomia possibilitando um vínculo maior com o sistema político convencional e simultaneamente refletindo uma maneira mais orgânica da forma de organização dos atores, ao invés de impor constrangimentos para que esses se adequem aos mecanismos de participação já instituídos.

A produção mais recente da literatura sobre ocupações apresenta um crescente interesse em pensar essas ocupações no registro dos *urbans commons*<sup>2</sup>, enquanto uma dimensão organizacional que conecta as dinâmicas próprias das ocupações, internas aos movimentos, com os *outcomes* dos movimentos, seus efeitos externos (Calafati, 2020; Kotyk, 2020). Como aponta o balanço realizado pela bibliografia especializada em ocupações, os *commons* podem ser entendidos em uma série de registros, que não raras vezes aparecem misturados nas análises, trazendo pouca clareza quando se evoca o conceito. Essa literatura propõe que as ocupações são especialmente férteis para se pensar os processos de comunização em dois registros específicos. O primeiro, chamado de (neo-)institucional, provém da análise de Elinor Ostrom e é mais focado no uso de recursos naturais e organizacionais sob a forma da autogestão, podendo ser compatível com diferentes modos de produção (Martínez, 2020). O segundo registro deriva de uma leitura e reinterpretação do conceito de acumulação primitiva de Marx, expandindo a ideia de *commons* para além desses recursos (*primary commons*) e alçando-a a um princípio abertamente contrário ao modo de produção capitalista (*extended commons*) (idem). Se por um lado essa perspectiva retoma o potencial utópico da participação via ação direta e delimita que experiências poderiam ser efetivamente lidas em uma chave emancipadora dos *commons*, por outro ela reafirma a cisão entre Estado e Sociedade Civil, trazendo uma ideia de autonomia enquanto não subordinação. O registro institucionalista, por sua vez parece realizar uma melhor costura entre as experiências concretas, seus potenciais emancipadores e a interação dessas com o sistema institucional em que se inserem, apesar desse registro não ser o mais explorado pela literatura. Como coloca Raluc (2020), a institucionalização pode ser entendida como uma perspectiva utópica de uma maneira assentada na realidade das ocupações e como um compromisso estratégico, tendo em vista a dimensão processual do presente nos *urbans commons*.

Talvez um avanço no debate passe pelo caminho de ressignificar a noção de autonomia, não necessariamente entendida como um descolamento ou oposição ao Estado, mas como um reconhecimento institucional de formas mais horizontais e flexíveis na governança de espaços e equipamentos específicos da cidade, no caso

---

<sup>2</sup> Para uma discussão voltada especificamente a relação entre ocupações e urban commons ver: Squatting Europe Collective, 2014 e a edição especial do *journal Partecipazione & Conflitto* de 2020, disponível em: < <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/paco/issue/view/1776>>

abandonados ou subutilizados. Essas novas formas produzem seus próprios desenhos e critérios de avaliação e de desempenho, não sendo tão diferentes das formas já conhecidas de administração pública. Todavia, existem certos pontos em que passam necessariamente por reformas dos diferentes tecidos institucionais dos Estados para que essas experiências avancem e possam ser reproduzidas, não sendo simples essa passagem das formas de ação social para uma ação pública - como bem observam Baiocchi e Ganuza (2017) e como é ressaltado pelo entendimento de que se trata de um processo interativo permeado por conflitos e disputas acerca da institucionalização em Gurza Lavalle et al (2019) - e que assim, possam fornecer elementos para se pensar em algum modelo ou algo que o valha.

No Brasil, legislação e debate público ainda estão muito atrasados nesse quesito, mas demonstram alguns avanços com a regularização de ocupações culturais nas periferias de São Paulo e a inclusão desses espaços em agendas oficiais de eventos e atividades promovidas pela Secretaria de Cultura. Por outro lado, as experiências europeias são bastante recentes em termos legais, apesar de terem longa trajetória dessas ocupações nesse formato existirem e interagirem com governos e com o tecido urbano. Que novas questões podem surgir para a Teoria Democrática com a consolidação dessas formas? Que implicações podem ter se pensar a participação em um registro dos *urban commons*? Como colocam Baiocchi e Ganuza (2017), apesar dos déficits das novas experiências, elas colocam um elemento de radicalidade que não é irrelevante, abrindo o processo deliberativo para ambiguidades e contenciosidades que fogem das formas de controle de desenhos institucionais observados até agora pela literatura, suscitando uma movimentação no sistema estabelecido e novos esforços analíticos de teorização.

### **Referências Bibliográficas**

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre o Estado e sociedade? **Sociologias**, vol. 13, n. 28, 2011.

AGUILERA, Thomas. Configurations of squats in Paris and the Ile-de-France Region. **Squatting in Europe: Radical spaces, urban struggles**, p. 209, 2013.

AGUILERA, Thomas. The squatting movement (s) in Paris: Internal divides and conditions for survival. In: **The Urban Politics of Squatters' Movements**. Palgrave Macmillan, New York, 2018. p. 121-144.

AGUILERA, Thomas; SMART, Alan. Squatting, north, south and turnabout: A dialogue comparing illegal housing research. **Public goods versus economic interests: Global perspectives on the history of squatting**, p. 29-55, 2016.

AGUILERA, T., & SMART, A (2020). Towards a political economy of toleration of illegality: comparing tolerated squatting in Hong Kong and Paris. In: Grashoff, U. (2020). **Comparative Approaches to Informal Housing Around the Globe** (p. 286). UCL Press.

ASARA, Viviana. The Redefinition and Co-Production of Public Services by Urban Movements. The Can Batlló Social Innovation in Barcelona. **Partecipazione e conflitto**, v. 12, n. 2, p. 539-565, 2019.

BAIOCCHI, Gianpaolo; GANUZA, Ernesto. Popular democracy: The paradox of participation. **Stanford University Press**, 2016.

BARBER, Benjamin. R. 2003 [1984]. Strong democracy: participatory politics for a new age. Berkeley: University of California Press.

BALLENT, Anahi. Learning from Lima. PREVI, Perú: habitar popular, vivienda masiva y debate arquitectónico, 1945-1970. **Block. Revista de cultura de la arquitectura, la ciudad y el territorio**, v. 6, p. 86-95, 2004.

BASILE, Patricia; EHLENZ, Meagan M. Examining responses to informality in the Global South: A framework for community land trusts and informal settlements. **Habitat international**, v. 96, p. 102108, 2020.

BOWER, Richard. Who decides and who provides? The anarchistic housing practices of John Turner as realizations of Henri Lefebvre's Autogestive space. **Alternatives**, v. 41, n. 2, p. 83-97, 2016.

BROMLEY, Ray. Peru 1957–1977: How time and place influenced John Turner's ideas on housing policy. **Habitat International**, v. 27, n. 2, p. 271-292, 2003.

BUCHHOLZ, T. (2015). Creativity and the capitalist city. In: Moore, A., & Smart, A. (Eds.). (2015). *Making room: Cultural production in occupied spaces*. Other Forms.

CALAFATI, Luca. Squat to Work. Squatted Workspaces, the Commons and Solidarity Economies in Europe. **Partecipazione e conflitto**, v. 13, n. 3, p. 1252-1268, 2020.

CARLOS, Euzeneia. Cooperação e conflito na relação movimentos sociais e estado. **Política & Sociedade**, v. 16, n. 35, p. 321-350, 2017.

CARLOS, Euzeneia. Capítulo 3 A construção de encaixes institucionais e domínio de agência no movimento popular urbano: mecanismos e configurações. **Movimentos sociais e institucionalização**, p. 165, 2018.

DADUSC, Deanna. Enclosing autonomy: The politics of tolerance and criminalisation of the Amsterdam squatting movement. **City**, v. 23, n. 2, p. 170-188, 2019.

DAHL, Robert A. 1994. "A Democratic Dilemma: System Effectiveness versus Citizen Participation". *Political Science Quarterly*, Vol. 109, No. 1, Spring, pp. 23-34.

DE MOOR, Joost. Practicing openness: Investigating the role of everyday decision making in the production of squatted space. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 40, n. 2, p. 410-424, 2016.

FUNG, A. and WRIGHT, E.O., 2003, 'Thinking About Empowered Participatory Governance', in A. Fung and E.O. Wright (eds), *Deepening Democracy: Institutional Innovation in Empowered Participatory Governance*. London: Verso

FUNG, Archong. 2004. *Empowered participation: reinventing urban democracy*. Princeton: Princeton University Press.

FUNG, Archong. 2006. "Varieties of participation in complex governance". *Public Administration Review*, Vol. 66, special issue: Collaborative Public Management, December, 66-75.

GRAZIOLI, Margherita; CACIAGLI, Carlotta. Resisting to the neoliberal urban fabric: Housing rights movements and the re-appropriation of the 'Right to the City' in Rome,

Italy. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 29, n. 4, p. 697-711, 2018.

GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA, E. 2011. "A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability". *Lua Nova*, v. 84, p. 95-140, 2011.

GURZA LAVALLE, A. 2015. "Participação, (Des)Igualdade Política e Democracia". In Luis Felipe Miguel e Flavia Biroli, *Teorias Políticas, Democracia e Desigualdade*. São Paulo, UNESP, no prelo

GURZA LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015.

GURZA LAVALLE, Adrian; SZWAKO, José. "SEEING LIKE A SOCIAL MOVEMENT": Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas 1. **Novos Estudos**, n. 114, p. 411-434, 2019.

GURZA LAVALLE, Adrian Gurza et al. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. **Movimentos sociais e institucionalização**, p. 21, 2019.

GURZA LAVALLE, Adrian; ISUNZA VERA, Ernesto. O que dizer da participação aqui e hoje?... e outrora e alhures. No prelo.

HARRIS, Richard. A double irony: the originality and influence of John FC Turner. **Habitat International**, v. 27, n. 2, p. 245-269, 2003.

HIRST, P. 1994. *Associative democracy: new forms of economic and social governance*. Boston: MIT Press.

KOTYK, Lukáš. Governing without Governed and Governors: An Attempt to Establish a Non-Hierarchical Organizational Repertoire. **Partecipazione e conflitto**, v. 13, n. 3, p. 1308-1323, 2020.

MACPHERSON, C. B. 1991 [1977]. *La democracia liberal y su época*. Madrid: Alianza Editorial.

MANGIN, William. Latin American squatter settlements: a problem and a solution. **Latin American research review**, v. 2, n. 3, p. 65-98, 1967.

MARTINEZ, Miguel A. The squatters' movement in Europe: a durable struggle for social autonomy in urban politics. **Antipode**, v. 45, n. 4, p. 866-887, 2013.

MARTINEZ, Miguel A. The Squatters' Movement in Spain. A local and global cycle of urban protests. In: **Squatting in Europe: radical spaces, urban struggles**. Minor Compositions, 2013. p. 113-138.

MARTINEZ, Miguel A. How Do Squatters Deal with the State? Legalization and Anomalous Institutionalization in Madrid. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 38, n. 2, p. 646-674, 2014.

MARTINEZ, Miguel A. Squatting for Justice: Bringing Life to the City. In: **Making Room: Cultural production in Occupied Spaces**. Other Forms and the Journal of Aesthetics and Protes, 2015.

MARTÍNEZ, Miguel A. Urban commons from an anti-capitalist approach. **Partecipazione e conflitto**, v. 13, n. 3, p. 1390-1410, 2020.

MAYER, Margit. Preface. In: Kollektive, S. E. (Ed.). (2013). *Squatting in Europe: radical spaces, urban struggles*. Minor Compositions. 2013.

NETTO, José Veríssimo Romão; CERVellini, Silvia. 2021. Minipúblicos e inovação democrática - O Caso do Jardim Lapenna. RBCS, VOL. 36 N° 106, e3610612.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PARKINSON, John e MANSBRIDGE, Jane (eds.). *Deliberative systems: deliberative democracy at the large scale*. Cambridge University Press 2012

PATEMAN, C. 1993 [1970]. *Participation and democratic theory*. London: Cambridge University Press.

POLLETTA, Francesca. 2002. *Freedom Is an Endless Meeting- Democracy in American Social Movements*-University of Chicago Press.

PRZEWORSKI, Adam. 2010. *Democracy and the limits of Self Government*. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in the Theory of Democracy.

PRUIJT, H. (2003). Is the institutionalization of urban movements inevitable? A comparison of the opportunities for sustained squatting in New York City and Amsterdam. **International journal of urban and regional research**, 27(1), 133-157.

PRUIJT, Hans. Is the institutionalization of urban movements inevitable? A comparison of the opportunities for sustained squatting in New York City and Amsterdam. **International journal of urban and regional research**, v. 27, n. 1, p. 133-157, 2003.

PRUIJT, H. (2013). Squatting in Europe. **Squatting in Europe: Radical spaces, urban struggles**, 17-60.

PUGH, Cedric. The changing roles of self-help in housing and urban policies, 1950-1996: experience in developing countries. **Third World Planning Review**, v. 19, n. 1, p. 91, 1997.

PUGH, Cedric. Squatter settlements: their sustainability, architectural contributions, and socio-economic roles. **Cities**, v. 17, n. 5, p. 325-337, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *Partilha do sensível*. 2009.

RAULEAC, Greta. Navigating the Limits of Capitalism to Resist Urban Marginality: The Case of the Casa Madiba Network. *Partecipazione e conflitto*, v. 13, n. 3, p. 1290-1307, 2020.

SHENG, Yap Kioe. *SQUATTER SETTLEMENTS*. 1998.

SMART, Alan. *Squatter settlement clearance*. 2012.

SMITH, Graham. 2009. *Democratic Innovations: Designing Institutions for Citizen Participation*.

SRINIVAS, H. *Defining Squatter Settlements: GDRC Research Output E-036*. **Kobe, Japan: Global Development Research Center**, 2015.

SQUATTING EVERYWHERE KOLLECTIVE (Ed.). **Squatting in Europe: radical spaces, urban struggles**. Minor Compositions, 2013.

SQUATTING EVERYWHERE KOLLECTIVE (Ed.). **The squatters' movement in Europe: commons and autonomy as alternatives to capitalism**. Pluto Press, 2014.

SQUATTING EVERYWHERE KOLLECTIVE (Ed.). **Squatters in the Capitalist City: Housing, Justice, and Urban Politics**. Routledge, 2019.

TURNER, John C. Barriers and channels for housing development in modernizing countries. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 33, n. 3, p. 167-181, 1967.

TURNER, John C. Housing priorities, settlement patterns, and urban development in modernizing countries. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 34, n. 6, p. 354-363, 1968.

TURNER, John F. Charlewood; FICHTER, Robert. **Freedom to build: dweller control of the housing process**. Macmillan Company; Collier-Macmillan Lim., 1972.

VERBA, Sidney, SCHLOZMAN, Kay Lehman e BRADY E. Henry. 1995. Voice and Equality – Civic voluntarism in American politics. London: Cambridge University Press.

UITERMARK, Justus. The co-optation of squatters in Amsterdam and the emergence of a movement meritocracy: a critical reply to Pruijt. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 28, n. 3, p. 687-698, 2004.

UITERMARK, Justus. The co-optation of squatters in Amsterdam and the emergence of a movement meritocracy: a critical reply to Pruijt. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 28, n. 3, p. 687-698, 2004.

VAN SCHIPSTAL, I. L., & NICHOLLS, W. J. (2014). Rights to the neoliberal city: The case of urban land squatting in 'creative' Berlin. **Territory, Politics, Governance**, 2(2), 173-193.

WARREN, Mark E. 2003. A Second Transformation of Democracy? In: CAIN, B. E.; DALTON, R. J.; SCARROW, S. E. (orgs.). Democracy transformed? Expanding

political opportunities in advanced industrial democracies. New York, Oxford University Press.

WARREN, Mark E., GASTIL, John. 2015. Can Deliberative Minipublics Address the Cognitive Challenges of Democratic Citizenship? *The Journal of Politics*, volume 77, number 2.

WILLIS, K. D. Squatter settlements. **World**, v. 47, p. 31.6, 2009.

ZAREMBERG, Gisela; WELP, Y. 2019. "Más allá de enfoques utópicos y distópicos sobre innovación democrática". *RECERCA. Revista de Pensament y Anàlisi*.